

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.965 - SC (2019/0048305-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : BINOTTO S/A LOGÍSTICA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO
ADVOGADOS : MAIKO ROBERTO MAIER - SC031939
KIM AUGUSTO ZANONI - SC036370
CELSO ALMEIDA DA SILVA - SC023796A
CASSIA CRISTINA DA SILVA - SC023809B
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LAGES - SC
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE BETIM - MG
INTERES. : FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, suscitado por BINOTTO S/A LOGÍSTICA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face do d. JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LAGES/SC e do d. JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE BETIM - MG.

Diz a suscitante que, não obstante encontrar-se submetida a procedimento de recuperação judicial, o d. Juízo Suscitado, em sede de execução fiscal tem promovido atos de constrição do patrimônio submetido ao plano de soerguimento empresarial, em nítido conflito com a competência do d. Juízo da recuperação judicial.

Salienta que *"há precedente dessa mesma empresa perante esse mesmo juízo, em conflito de competência perante o STJ, onde se determinou que é do juízo da recuperação, de forma privativa, a competência para realizar atos de constrição (penhoras e restrições) sobre bens da Binotto S/A, o qual, por economia processual, requer seja acatado também nestes autos"* (na fl. 7).

Requer, a suspensão liminar dos atos constitutivos e, no mérito, a declaração da competência do d. Juízo da Recuperação Judicial *"para processar, julgar e decidir a respeito de todas as ações e medidas que envolvam valores e bens afetos à recuperação judicial"* (na fls. 8).

É o relatório.

Passo a decidir.

A jurisprudência da eg. Segunda Seção firmou-se no sentido de que as execuções fiscais não se suspendem com o deferimento da recuperação judicial, sendo

obstados, porém, os atos de alienação, cuja competência é privativa do Juízo universal, de modo a não prejudicar o cumprimento do plano de reorganização da empresa.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO FISCAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

2. Embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Precedentes: CC 119.970/RS, rel. min. Nancy Andrighi (DJe de 20/11/2012); CC 107.448/DF, 2ª Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 27/10/2009.

3. É vedado a este Tribunal apreciar violação de dispositivo constitucional, ainda que para fins de prequestionamento.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 87.263/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 19/08/2014)

Destaque-se, nessa toada, que o entendimento acima exposto, mesmo após o advento da Lei n. 13.043/2014, que instituiu modalidade especial de parcelamento dos créditos tributários devidos por sociedades empresárias em recuperação judicial, foi reafirmado pela egrégia Segunda Seção desta Corte no julgamento do Agravo Regimental no Conflito de Competência nº 136.130/SP.

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. EDIÇÃO DA LEI N. 13.043, DE 13.11.2014. PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA MANTIDA.

1. O juízo onde se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda.

2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de constrição ou de alienação devem-se

submeter ao juízo universal. Jurisprudência.

3. A Lei n. 11.101/2005 visa à preservação da empresa, à função social e ao estímulo à atividade econômica, a teor de seu art. 47.

4. No caso concreto, a edição da Lei n. 13.043/2014 - que acrescentou o art. 10-A à Lei n. 10.522/2002 e disciplinou o parcelamento de débitos de empresas em recuperação judicial - não descaracteriza o conflito de competência.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no CC 136.130/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, **Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 22/06/2015)

Ante o exposto, defiro parcialmente a liminar requerida para estabelecer que os atos de alienação ou de constrição que possam comprometer o cumprimento do plano de reorganização da empresa, somente serão efetivados após a anuência do Juízo da recuperação judicial, sem prejuízo do prosseguimento da execução fiscal objeto da controvérsia, em outros aspectos.

Oficiem-se aos órgãos judiciais suscitados, com urgência, comunicando e solicitando informações acerca do andamento dos processos mencionados.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator